

• ANAIS •



ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA

22 A 26 DE JULHO DE 2019

TEMA:

O ARQUIVO E SEU FAZER NA MANUTENÇÃO
DA DEMOCRACIA:
ATUAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICA



**CENTRO ACADÊMICO DE ARQUIVOLOGIA MARIA ODILA KAHL FONSECA
EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA**

ANAIS DO XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA

O arquivo e seu fazer na manutenção da democracia:
atuação, sociedade e política

NITERÓI
2019

Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (23.: 2019: Niterói, RJ)

EXPEDIENTE

Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca – CAArq/UFF

Endereço: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social (R. Prof. Lara Vilela, 126 - São Domingos, Niterói - RJ, 24210-590).

Comissão editorial

Gabriel Barros - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Lohayne Soares - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Paulo Alencar - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFF, Brasil.

Julia Nunes - Graduanda em Arquivologia – UFF, Brasil.

Editores técnicos

Gabriel Barros

Lohayne Soares

Paulo Alencar

Designer editorial

Gabriel Barros

Avaliadores

Alexandre Faben Alves

Asy Pepe Sanches Neto

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

Cecilia de Araujo Capetine Fiore

Cláudio Muniz Viana

Fabiana Costa Dias

Fernanda Bouth Pinto

Genevieve da Cruz de Cerqueira

Isabela Costa da Silva

Juliana Loureiro Alvim Carvalho

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amaral

Roberta Pimenta da Cruz Mendonça

Sérgio Matias da Silva

Silvia Lhamas de Mello

Thayron Rodrigues Rangel

Avaliadores (premiação)

Alexandre Faben Alves

Aline da Mata Daudt

Amanda Marissa Soares da Silva

Ana Cláudia Lara dos Santos Coelho

Bruna Gomes Borges Barcellos

Juliana Loureiro Alvim Carvalho

Lorena dos Santos Silva

Raíra Lima Alves

Capa

Museu de Arte Contemporânea, Niterói, RJ – Brasil

Foto: Paulinho Muniz
(<http://culturaniteroi.com.br/macniteroi/>)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca – CAArq/UFF ou de qualquer um de seus membros.

O conteúdo e escrita dos textos presentes nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei no 9.610/1998).

E56o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia: O arquivo e seu fazer na manutenção da democracia: atuação, sociedade e política (23.: 2019: Niterói, RJ)

XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, Niterói, RJ - 2019: o arquivo e seu fazer na manutenção da democracia: atuação, sociedade e política: anais - Niterói: CAArq/UFF, 2019.

PDF (202 p.) : il. color

1. Arquivologia – Estudantes – Encontro. I. Centro Acadêmico de Arquivologia Maria Odila Kahl Fonseca. II. Título.

CDD: 020

FICHA TÉCNICA

Centro Acadêmico de Arquivologia
Maria Odila Kahl Fonseca –
CAArq/UFF

Gestão 2017/2018

Presidência

Rodrigo Corrêa Sant'anna

Vice-presidência

Lucas Mesquita Marcílio Soares

Secretaria

Caroline Lage Soares Lessa

Direção de Finanças

Júlia Nunes de Sousa e Silva

Direção de Comunicação

Gustavo Maçulo de Queiroz Rocha

Direção de eventos

Matheus Sonegheti do Nascimento

Direção de Assuntos Acadêmicos

Lorena Abreu da Silva

Direção de Relações Externas

Viviane de Azevedo Magalhães

Executiva Nacional de Estudantes
de Arquivologia – ENEA

Gestão 2018/2019

Coordenação Geral

Adriana Andréa Carvalho (FURG)

Lucas Thierry Monte Verde Silva
(UFPA)

Coordenação ENEArq

Lucas Mesquita (UFF)
Vivianne Magalhães (UFF)

Coordenação Acadêmica

Carol Perruche (UNIRIO)
Jonatan Dias (UNIRIO)

Coordenação Sócio/Cultural

Ana Luiza Batista de Vargas (UFES)
José Nilton Silva dos Santos Junior
(UFBA)
Victor Simonato Filho (UNESP)

Coordenação de Memória

Gisele Arcanjo (UFMG)
Victória Savino (UFAM)

Coordenação de Comunicação

Clara Christina Miranda Sobral
(UFPA)
Janiere Barbosa Oliveira (UEPB)
Júlia Mendes de Araújo Santana
(UEPB)
Mirna Galiza (UFBA)

ORGANIZAÇÃO XXIII ENEARQ

Coordenação Geral

Lucas Mesquita
Viviane Magalhães

Secretaria

Carolina Lage
Lorena Abreu

Coordenação Financeira

Gustavo Maçulo

Coordenação Científica

Gabriel Barros
Júlia Nunes

Coordenação de Infraestrutura e Logística

Rodrigo Sant'Anna

Coordenação de Comunicação

Gabriela Fontenelle
Ingrid Albuquerque

Coordenação Social e Cultural

Clarice Ferreira
Matheus Soneghetti

Coordenação Esportiva

Larissa Reis
Nathalia Brito

Colaboradores

Aline Cristina Cruz dos Santos
Ana Carolina de Almeida Sá Pinto Pires
Ana Clara Figueiredo de Assis
Clara Ferreira Rodriguês
Daniel Paraízo Barros
Eduarda Marise da Silva cicero
Fabrício Gouvêa
Gabriella Barros Alves

Graziella dos Santos Cardoso Fagundes
Higor Menezes Valente
Jessica Lorena P. S. da Silva
João Victor Macedo de Oliveira
Julia da Silva Felício
Julliane Pereira Narcizo
Larissa Reis da Silva
Larissa Tavares de Freitas Alvares
Levi Carvalho Ribeiro
Lia Hibary Horikawa
Lohayne Emerick Soares
Lohrenna Larissa de Souza Araújo
Luiz Felipe Alves da Silva
Luiza Pires Martins
Mariana Marins Pinto
Matheus Rodrigues Garcia de Almeida
Milena Teixeira Pôssas
Natália Bruno Rabelo
Paula Rodrigues de Souza
Paulo José Viana de Alencar
Priscila Cezario dos Santos
Sabrina Peixoto Teixeira
Suzana Bianca da Paixão Vieira
Thaís de Almeida Pereira Lopes
Thamiris Ledig de Carvalho Pereira
Vitória Barboza de souza
Wanessa Rodrigues de Souza
Yasmim Oliveira

PRÊMIOS E HOMENAGENS

Prêmio “Anna Carla Almeida Mariz”

Profa Dra Margareth da Silva

Professoras homenageadas

Profa Dra Esther Hermes Lück

Profa Dra Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Melhor trabalho – Eixo I

“O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA” – Juliana Maia Mendes e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Melhor trabalho – Eixo II

“ACERVO FOTOGRÁFICO (FÍSICO) DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – MUFPA: MÉTODOS DE PRESERVAÇÃO ENCONTRADOS NA INSTITUIÇÃO” – Carlos Daniel do Amaral Dias Junior

Melhor trabalho – Eixo III

“O MANUSEIO DE DADOS PESSOAIS: UM DESAFIO AO FAZER ARQUIVÍSTICO” – José Augusto Bagatini e José Augusto Chaves Guimarães

Melhor trabalho - MONOARQ

“PARA QUEM E PARA QUE?: O ESTUDO DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO CEMITERIAL DO CAMPO SANTO DO ESTADO DA BAHIA” – Leide Mota de Andrade

APRESENTAÇÃO

No tema central do encontro a palavra “arquivo” possui o sentido polissêmico de “documento de arquivo” e “instituição arquivística” e, por isso, pretende-se significar o protagonismo desses na manutenção da democracia. Dessa forma, por ser o documento de arquivo um registro fidedigno da ação que o gerou, entendemos que esse, no contexto democrático, é capaz de garantir transparência das ações governamentais e públicas, além de representar proteção aos direitos dos indivíduos em uma sociedade. E por isso, também, é de suma importância ressaltar o papel das instituições arquivísticas, especialmente as públicas, na salvaguarda destes registros documentais.

Isto posto, compreendemos a relevância do fazer arquivístico, seus métodos, técnicas e teorias clássicas e contemporâneas, para o debate, defesa e apresentação de meios para gerir e preservar os documentos e instituições arquivísticas no cenário político-social em que se inserem.

Apresentamos aqui então os **Anais do XXIII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia**. Anais estes que são o reflexo do fôlego, envolvimento e esforços que os estudantes de Arquivologia no Brasil vêm desenvolvendo, e assim contribuindo para o fazer e o pensar da ciência do arquivos.

Contudo, defendemos que obras como essa servem não só para registrar o conhecimento acadêmico e científico, mas também para manifestar a magnitude da união estudantil. Afinal, é um orgulho para toda a comunidade arquivística brasileira que o Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia aconteça todos os anos, ininterruptamente, desde o ano de 1997.

Gabriel Barros

Coordenador Científico do XXIII ENEArq

SUMÁRIO

EIXO I - DO PROTAGONISMO DISCENTE AO ASSOCIATIVISMO E REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL.....13

ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL NA ARQUIVOLOGIA: um estudo de caso do Centro Acadêmico “Benedito Nunes” de Arquivologia da Universidade Federal do Pará - **LUCAS THIERRY MONTE VERDE SILVA e GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS** 14

REFLEXÕES SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO (2006 – 2013) - **GABRIEL VABO e RAFAEL SOARES CARVALHO ALVIM** 19

O ENSINO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - **JULIANA MAIA MENDES e CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT** 25

MEDIAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: análise crítica sobre o ensino - **NATHÁLIA FRAGOSO e MARIELLE BARROS DE MORAES**..... 30

EIXO II - O FAZER ARQUIVÍSTICO: DA GÊNESE À PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL36

PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS MICROFILMADOS: análise das práticas no acervo de microfilme da Cinbesa - **GISELE LIMA E SILVA**..... 37

PERSPECTIVAS DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO: uma abordagem sobre a classificação de documentos - **JOSUÉ COSTA DE OLIVEIRA** 42

O DOCUMENTO AUDIOVISUAL NA ARQUIVOLOGIA: definições e problemas encontrados - **MATHEUS RODRIGUES GARCIA DE ALMEIDA** 47

A EVOLUÇÃO DO ARQUIVO E DA ARQUIVOLOGIA NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA - **IZABELA CAROLINE DA SILVA ARAUJO** 52

A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO NA DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL - **EMANUELLE FRANÇA DE AVIZ e CLARISSA GABRIELLE IPIRANGA CORRÊA** 56

INDEXAÇÃO E TECNOLOGIA: princípios básicos e avançados no Tribunal de Justiça do Pará - JAQUELINE DA COSTA LOPES	60
ACERVOS JURÍDICOS: uma experiência acadêmica no Tribunal de Justiça do Estado do Pará - MAISA MONTEIRO DE OLIVEIRA e KEILA SIQUEIRA DE BARROS	64
MICROFILMAGEM COMO SUPORTE DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: um estudo no acervo do centro de registro e indicadores acadêmicos da UFPA (CIAC) - ELY ANNE MONTEIRO ANDRADE e LUIS FELLIPE LOUREIRO FARIAS ...	70
ACERVO FOTOGRÁFICO (FÍSICO) DO MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – MUFPA: métodos de preservação encontrados na instituição - CARLOS DANIEL DO AMARAL DIAS JUNIOR	75
GESTÃO DOCUMENTAL NO PROTOCOLO DO CENTRO DE REGISTRO E INDICADORES ACADÊMICOS - FERNANDA DI PAULA SOUSA DA CRUZ	80
A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL: uma perspectiva de análise sobre a falsificação do prontuário de identificação civil - MILTON BEZERRA GOMES NETO e GILBERTO GOMES CANDIDO	83
ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB SOBRE GESTÃO DOCUMENTAL - MARIA DO SOCORRO FERNANDES OLIVEIRA	89
CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO: uma história do acervo de microfilmes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - BEATRIZ FERREIRA FRANCO	94
IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E ESTUDO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS NA COLEÇÃO TEXTUAL DO NÚCLEO DE MEMÓRIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - KALINKA BRANT DA SILVA e GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA	99
GESTÃO DE DOCUMENTOS E FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS EMPREGADAS NA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DE BELÉM/PA - CHRYSYTHIAN KEWIN NAIFF LIBÓRIO	104

GESTÃO DE DOCUMENTOS: a Avaliação Documental como função e/ou tarefa na (des)construção de um contexto arquivístico - **RUBEM DA SILVA XERFAN** 110

GESTÃO DOCUMENTAL EM ACERVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS: diagnóstico do arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Belém) - **GEOVANNA FIGUEIREDO DOS SANTOS e IANE MARIA DA SILVA BATISTA** 115

PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DE OBRAS RARAS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA): o caso Severa Romana - **RUAN DENNER GOMES DE CASTRO** 120

A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E SEU LUGAR NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS: o Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte - **SUELLEN ALVES DE MELO** 121

PARA QUEM E PARA QUE?: o estudo dos documentos do arquivo cemiterial do Campo Santo do Estado da Bahia - **LEIDE MOTA DE ANDRADE** 123

EIXO III - ARQUIVO, SOCIEDADE E POLÍTICA: O PAPEL SOCIAL DO ARQUIVO E AS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E DE ACESSO 124

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO À PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS - **YORRANA HINGRYD CALAZANS e MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM** 125

UMA VIAGEM NO TEMPO POR MEIO DOS LONG PLAY's: a fonoteca Satyro de Mello preservando a história e a memória musical e promovendo a difusão arquivística - **CLARA CHRISTINA MIRANDA SOBRAL e MARILENE ANDREZA GUERREIRO DE SOUZA** 129

ARQUIVOLOGIA E COMUNICAÇÃO: dois olhares sobre a memória institucional - **DANIELE AUGUSTA DOS SANTOS SILVA** 133

O PAPEL DOS CENTROS DE INFORMAÇÃO/ARQUIVOS NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RACIAL - **GABRIELLA BARROS ALVES** 137

ACESSO À INFORMAÇÃO: perspectivas no Arquivo Médico da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - NAYANE ARNAUD DA VERA CRUZ e EMILLY AMANDA CHUCRE DE CAMPOS	143
O PAPEL SOCIAL DA ARQUIVÍSTICA NO COMBATE ÀS FAKE NEWS - ALAN DE OLIVEIRA CORREIA E BRUNA LESSA	148
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE - RENAN TRINDADE DA CRUZ e MARIA LEANDRA BIZELLO	153
O ACESSO À INFORMAÇÃO E OS ARQUIVOS: a LAI e o papel social dos arquivos públicos - NATÁLIA BRUNO RABELO e VANESSA STEMBACK PAZ ..	158
O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTOS POR MEIO DA LAI - LETICIA DE JESUS NASCIMENTO	165
O MANUSEIO DE DADOS PESSOAIS: um desafio ao fazer arquivístico - JOSÉ AUGUSTO BAGATINI e JOSÉ AUGUSTO CHAVES GUIMARÃES	170
POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS: os desafios históricos para sua consolidação e a atual situação no cenário brasileiro - SHANNA DE OLIVEIRA RANGEL e EVELYN ALVES SOARES	177
TRADIÇÃO DAS GINCANAS EM VERA CRUZ: a Arquivologia como meio de recuperação de uma memória social - ROBERTA WAGNER	182
MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E INFORMAÇÃO - MIRNA GALIZA e DEREK TAVARES	187
MÍSTICA, ROMANCE, PROFECIA: Arquivo Público Municipal de Marília como laboratório da história da cidade - IRENE BERNARDO e MARCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO	192
DESINFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: discussões e possibilidades na Arquivologia - ANA ROBERTA PINHEIRO MOURA	197

RELATO DE PALESTRA: REPRESENTAÇÕES E SENTIDOS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS ARQUIVOS E NA ARQUIVOLOGIA - JACQUELINE RIBEIRO CABRAL	198
---	------------

O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTOS POR MEIO DA LAI

Leticia de Jesus Nascimento (leticia.djn@gmail.com)
Graduanda em Arquivologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP)

RESUMO

A Lei de Acesso à Informação, nº 12.527/2011, dispõe a respeito da efetividade da administração dos municípios sobre a informação pública, afirmando que é indispensável a organização e a preservação dos documentos para facilitar a inúmeras e variadas informações. Considerando o papel dos arquivos municipais para o cumprimento desta atividade, o objetivo deste trabalho é identificar como está ocorrendo o acesso à informação nos arquivos públicos de 09 municípios pertencentes às microrregiões da administração de Santos. A metodologia de pesquisa é exploratória e descritiva, de abordagem quali-quantitativa. Os procedimentos metodológicos são a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo nas páginas dos Serviços de Informação ao Cidadão e nos arquivos municipais, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados questionários e entrevistas. Como resultados, espera-se identificar a situação dos Arquivos Municipais no que se refere à gestão documental e o papel desempenhado no acesso à informação pública ao cidadão.

Palavras-chave: Lei de Acesso à Informação; Gestão de Documentos; Arquivos Municipais.

INTRODUÇÃO

No Brasil, em 1991 foi estabelecida a Lei 8.159, que trata sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Porém, somente vinte anos depois criou-se uma lei para regulamentar e concretizar o acesso a informações previsto como direito fundamental do cidadão pela Constituição Federal (1988) e como responsabilidade do servidor público, determinado pela Lei no 8.112/1990. Embora a Lei de Arquivos (1991) já tratasse do tema do acesso à informação, com a promulgação da Lei 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI) o tema ganhou a relevância necessária.

A Lei de Acesso à informação pública foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Dilma Rousseff. Com a aprovação da Lei o Brasil torna-se mais democrático, fortalecendo instrumentos para acesso da gestão pública para o cidadão, cumpre também, compromisso para o País, devendo enfrentar o desafio da administração adequada e das novas tecnologias. Neste sentido, é fundamental o servidor público ter a sabedoria sobre o acesso à informação e os deveres para a sua aplicação na sociedade.

O direito de acesso à informação pública é um dos principais antídotos para a corrupção, sendo assim, a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pela administração municipal é um bem público e o acesso a estes dados constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a sociedade. É indispensável o acesso a informação para que o cidadão conheça a gestão pública, o direito previsto na constituição de que todos têm a prerrogativa de receber dos órgãos públicos, além de informações do seu interesse pessoal, também aquelas de interesse coletivo, referindo-se ao estado como um todo. Como princípio geral toda informação produzida ou gerenciada pelo governo é pública, sendo obrigação mantê-la disponível à sociedade, a menos que esta informação esteja expressamente protegida. O direito à informação é protegido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. A Lei 12.527/2011 garante o direito de acesso à informação sob guarda do poder público.

De acordo com Heinen (2014), a Lei exprime a influência no avanço do controle da gestão pública ocorrendo dois tipos de transparência:

- 1) Ativa: o Estado tem a obrigação de fornecer dados independentemente de qualquer solicitação em ambiente virtual e o físico.
- 2) Passiva: que são as que a Instituição forneça informações após a solicitação.

Transparência passiva é a resposta de solicitações de informações que são específicas de uma pessoa física ou jurídica. Antes da Lei de Acesso à informação, a Lei de Arquivos Brasileira (Lei 8159/1991) já determinava que é responsabilidade do poder público nas diversas instâncias administrativas à gestão documental.

No artigo 4º a Lei determina que:

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da Lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL, 1991, não paginado).

Neste sentido é necessário refletir sobre o papel dos Arquivos Municipais na preservação e acesso aos documentos produzidos pelos municípios durante a gestão administrativa. Coloca-se a seguinte questão problema: Como os Arquivos Municipais estão realizando o acesso à informação relativos aos documentos sob

sua guarda? Eles estão preparando para realizar esta atividade? Para responder este questionamento, o objetivo geral desta pesquisa é identificar como está ocorrendo o acesso à informação nos arquivos públicos de municípios da região administrativa do Estado de São Paulo. Para isto, como objetivos específicos realizaremos o levantamento bibliográfico sobre o tema do Acesso à informação nos Arquivos Municipais visando delimitar o estado das pesquisas sobre o assunto. Também será realizada uma pesquisa de campo para identificar quais municípios possuem arquivo público. Dentre os Municípios selecionados, serão identificadas as práticas realizadas para permitir o acesso à informação pelos cidadãos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva em uma abordagem quanti-qualitativa.

Pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52).

A pesquisa descritiva é a responsabilidade do pesquisador realizar estudo, análises e coleta de dados no assunto determinado para fornecer informações adicionais do assunto analisando o comportamento determinado de um grupo.

O universo de pesquisa é composto pelos 09 municípios que fazem parte da Microrregião Santos, que são: Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente, Bertioga, Cubatão e Guarujá.

Como métodos para viabilização desta pesquisa, inicialmente, atendendo ao primeiro objetivo específico através da pesquisa de campo, será enviado questionário solicitando informações sobre a atuação dos Arquivos Públicos, após a identificação dos municípios. A seguir será realizado contato com os Arquivos Municipais para levantamento de dados sobre o acesso à informação com a utilização de questionários e entrevistas com os responsáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com os resultados espera-se identificar a situação dos Arquivos Municipais no que se refere à gestão documental e o papel desempenhado no acesso à informação pública ao cidadão. A importância da gestão de documentos está no fato de que o arquivo público é responsável por compartilhar e justificar o conteúdo do poder executivo com ações de órgãos de controles, registro de quaisquer repasses ou transferências de finanças, procedimentos e formas de solicitação de informações. Ressalta-se que a Lei intenta proporcionar ao cidadão o acesso à informação para o pleno exercício da cidadania, podendo obter uma intencionada governança do Estado e o atendimento das demandas relacionadas aos seus deveres diante da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é um direito da sociedade. De preferência, todos precisam ter acesso a ela para construir os conhecimentos necessários, podendo ter a opção fácil e rápida no que diz respeito a qualquer assunto administrativo que seja do seu interesse, regularizando a garantia constitucional e evitando corrupções políticas. É um dever do Estado permitir acesso às informações, fomentando o desenvolvimento de uma cultura de transparência e controle social na administração pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**. Brasília, DF, 09 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

GOMES, A. Lei de acesso à informação: o cidadão enquanto sujeito informativo. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 30, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/22892>. Acesso em: 7 fev. 2018.

HEINEN, J. **Comentários à Lei de Acesso a informação**: Lei no 12.527/2011. Belo Horizonte: Forum, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

OLIVEIRA, A. Política para os arquivos municipais no Brasil e a contribuição do fórum nacional de dirigentes de arquivos municipais. **Ágora**, n. 7, 1996. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/14845>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SILVA, M. A. L. T. *et al.* A importância dos arquivos públicos na construção da memória da sociedade. **Biblionline**, v. 5, n. 1/2, p. 0-0, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9203>. Acesso em: 08 jan. 2019.

CARLI, D. T.; FACHIN, G. R. B. R. Lei de acesso à informação nos municípios do extremo oeste de Santa Catarina. **Em Questão**, v. 22, n. 1, 2016: Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/55815>. Acesso em: 7 fev. 2019.

JARDIM, J. M. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 1, p. 46-59, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/5344>. Acesso em: 04 mar. 2019.

OHIRA, M. L. B. *et al.* Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos em exercício da cidadania. **Ágora**, v. 15, n. 31, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/14983>. Acesso em: 15 mai. 2019.

